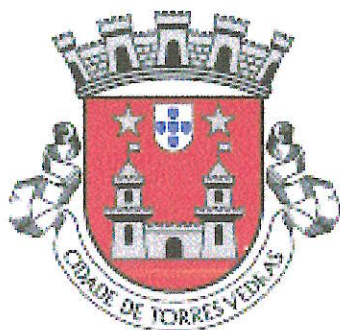




INFORMAÇÃO ESCRITA DE REPRESENTANTES

Ano 2023

Atento o disposto do artigo 10º n.º 3 do Regimento, os representantes do Município prestam informação anual dos organismos de que fazem parte

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
29 de abril de 2023

Índice

	Páginas
Ponto 1 - Congresso da ANMP.....	2 - 5
Ponto 2 - Assembleia Intermunicipal da OesteCIM.....	6 - 7
Ponto 3 - Conselho Cons. Paisagem Protegida Serras Socorro e Archeira.....	8 - 9
Ponto 4 - Conselho Municipal da Educação.....	10-11
Ponto 5 - Conselho da Comunidade do ACES OesteSul.....	12-13
Ponto 6 - Conselho Cinegético de Conservação da Fauna Municipal.....	14-16
Ponto 7 - Conselho Municipal de Juventude.....	17-21
Ponto 8 - Conselho Municipal de Saúde.....	22-23
Ponto 9 - Conselho Municipal de Ação Climática.....	24-27
Ponto 10 - Comissão Municipal de Proteção Civil.....	28-29
Ponto 11 - Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.....	30-32
Ponto 12 - Comissão Alargada da CPCJ.....	33-35

Ponto 1

Congresso ANMP

Representantes:

Leonor Marinheiro (em substituição)

Celso Carvalho

RELATÓRIO
XXVI CONGRESSO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

O 26.º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) decorreu no dia 30 de setembro de 2023, no Seixal, distrito de Setúbal, com o tema “Poder Local O Mais Próximo Das Pessoas”.

A sessão de abertura teve a intervenção do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Silva, do Presidente da Mesa do Congresso e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, da Presidente do Conselho Diretivo e Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos Luísa Salgueiro e do Primeiro-ministro António Costa.

Os principais tópicos de discussão centraram-se no “Financiamento Local”, “Autonomia e Descentralização” e “Um país mais coeso”, delineados pelo conselho diretivo da ANMP.

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou um reforço de 603 milhões de euros nos fundos para os municípios em 2024.

Este aumento explicou, baseia-se no cumprimento da Lei das Finanças Locais, que prevê a participação dos municípios nos impostos do Estado, IRS, IRC e IVA.

Destacou também o processo de descentralização, enfatizando a necessidade de garantir que os meios acompanhem as competências transferidas para garantir o sucesso do processo.

Abordou a aceitação das competências na área da ação social, educação e saúde por parte dos municípios. Além disso, mencionou a reforma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e abordou a questão da habitação, destacando a diversidade da realidade municipal e o papel do governo em fornecer instrumentos legais e financeiros para apoiar as estratégias locais de habitação.

Durante o congresso, os debates começaram com a análise da autonomia e uma avaliação do processo de descentralização em andamento, especialmente nos setores de educação, saúde e ação social.

Os municípios abordaram a descentralização, destacando os acordos setoriais estabelecidos com o Governo, que ajustaram as condições e

transferências financeiras para a transição definitiva dessas áreas para as Câmaras Municipais.

Uma das propostas da ANMP defende o aumento da participação dos municípios nos impostos e a criação de novas fontes de receita dentro do contexto da Lei de Finanças Locais.

No que diz respeito à despesa, a ANMP propôs a redução do crescimento exponencial da taxa de gestão de resíduos e tarifas de tratamento para as empresas do grupo EGF.

O debate sobre o estatuto fiscal para o interior do país destacou medidas que iam além da simples redução de taxas, incluindo um regime de IRS específico e incentivos para residentes em áreas de baixa densidade populacional.

A análise do papel dos municípios na resposta à crise habitacional destacou a complexidade da situação, enfatizando as limitações causadas pela centralização de poderes no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

A revisão do regime legal de compensação dos municípios pela instalação de centros eletroprodutores de energias renováveis foi também discutida, destacando a importância de uma solução consensual.

Abordaram também a gestão dos sistemas de água, saneamento e resíduos, destacando a necessidade de revisão da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) devido a aumentos significativos. A proposta de revisão do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) foi sujeita a debate, com a ANMP defendendo uma revisão substancial.

O decreto-lei n.º 72/2022 foi alvo de crítica por oferecer uma compensação insuficiente para os territórios afetados, tendo sido apelada a sua revogação com urgência.

O balanço do trabalho realizado na descentralização de competências indicou a necessidade de reavaliar algumas situações desadequadas com a realidade.

Quanto à questão da regionalização, a ANMP considerou as regiões administrativas como essenciais para a reorganização territorial e a implementação de políticas mais próximas dos cidadãos.

No encerramento do congresso entrevistaram Carlos Moedas, Luísa Salgueiro, a Ministra da Coesão Territorial Ana Abrunhosa e o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa.

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa assegurou que em 2024 o fundo de financiamento para a descentralização será aumentado, sem especificar os valores.

Disse que a negociação continuará até ao encerramento do Orçamento do Estado.

Destacou que as transferências financeiras para as autarquias não aumentaram apenas devido à descentralização, afirmando que desde 2015 que houve um aumento de 36% nessas transferências.

A ministra considera a descentralização como uma das maiores reformas administrativas das últimas décadas, acreditando que fortalecerá o papel das freguesias, municípios, comunidades intermunicipais e regiões na definição de políticas públicas e na prestação de serviços às populações.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, incentivou os autarcas a explorar novas oportunidades de cooperação nos próximos dois anos, especialmente nas áreas do novo regime das finanças locais, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no programa Portugal 2030.

Salientou a importância de construir pontes entre autarcas de diferentes forças políticas para fortalecer as relações entre municípios, estado, freguesias e regiões autónomas. Reconheceu os desafios enfrentados pelos autarcas nos primeiros dois anos do mandato, marcados pela pandemia e pelos efeitos da guerra.

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

Leonor Marinheiro

28/01/2024

Ponto 2

Assembleia Intermunicipal da OesteCIM

Representantes:

Rui Prudêncio;
Luís Carlos Lopes;
Susana Neves;
Marta Gerales;
José Vale Paulos e
Sónia Patrício

Assembleia Intermunicipal do Oeste

Informação - Ano 2023

Durante o ano de 2023 a Assembleia Intermunicipal do Oeste reuniu por 2 vezes, ambas em sessões ordinárias, nas seguintes datas e com as seguintes ordens de trabalhos:

Sessão Ordinária de 20 de abril:

Ponto 1 - Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM

Ponto 2 - Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2022 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 3 - Apresentação, discussão e votação da Alteração Orçamental Modificativa nº 1 de 2023 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 4 - Votos, Moções e Recomendações

Sessão Ordinária de 21 de dezembro:

Ponto 1 - Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM

Ponto 2 - Informação do ROC sobre a situação Económica e Financeira a 30 de junho de 2023 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 3 - Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 4 - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2024 da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Ponto 5 - Apresentação, discussão e votação da Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais

Ponto 6 - Votos, Moções e Recomendações

Torres Vedras, 8 de abril de 2024

Os representantes desta Assembleia na Assembleia Intermunicipal do Oeste

Rui José Prudêncio (PS)

Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes (PSD)

Susana Maria Ribeiro das Neves (PS)

Marta Filipa Sousa Geraldès (PSD)

José António do Vale Paulos (PS)

Sónia Alexandra Ferreira Patrício (PS)

Ponto 4

Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Serras do Socorro e Archeira

Representante:

João Carlos Caldeira

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Dr. José Manuel Correia

Como representante no conselho consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira, mas também como membro do órgão de gestão.

- Participação nas duas assembleias realizadas no ano de 2023
- Retificação de autorizações de realização de atividades no espaço da Paisagem Protegida
- Articulação com o GTF para novas plantações de espécies autóctones em terrenos por arborizar, assim como manutenção de terrenos e fogo controlado
- Manutenção e limpeza dos espaços de uso público
- Acompanhamento das Sessões Participativas para a criação do Plano de Cogestão da PPLSSA.

Cumprimentos,

João Carlos Caldeira

20/03/2024

Ponto 5

Conselho Municipal da Educação

Representantes:

José Manuel Correia

David Lopes



Informação Ano 2023

Conselho Municipal da Educação

No decorrer do ano de 2023, o Conselho Municipal de Educação reuniu por duas ocasiões:

No dia 25 de janeiro, pelas 14h30, na Escola Básica 2.3 de Freiria, sita na Rua da Escola, em Freiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Ponto de situação do ano letivo 22/23
- 2 – Organização semestral do ano letivo
- 3 – Outros Assuntos
- 4 – Visita à escola

No dia 27 de julho, pelas 10h00, na Escola Básica de São Pedro da Cadeira, sita na Rua do Atlântico, em São Pedro da Cadeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço do ano letivo 2022/2023
- 2 – Aprovação do Plano de Transportes Escolares 2023/2024
- 3 – Rede Escolar 2023/2024
- 4 – Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
- 5 – Outros assuntos

Destacamos o início da organização semestral do ano letivo nos Agrupamentos de Escolas de Torres Vedras e a realização do Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Torres Vedras, 2 de abril de 2024.

O Presidente da Junta de Freguesia

David Lopes

Ponto 6

Conselho da Comunidade do ACES OesteSul

Representante:
Rui Prudêncio

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
Dr. José Manuel Correia

Torres Vedras, 9 de abril de 2024

Assunto: Conselho da Comunidade do ACES OesteSul - Atividade do ano de 2023

Em resposta ao solicitado cumpre-me dar nota de que em 2023 não existiu nenhuma reunião do Conselho da Comunidade do ACES OesteSul.

Mais importa referir que, com a implementação da nova orgânica do SNS e a criação da ULS Oeste, este conselho foi extinto cessando assim a minha representação na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Torres Vedras.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Prudêncio

Ponto 7

Conselho Cinegético da Conservação da Fauna Municipal

Representante:
Pedro Bernardes

CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

RELATÓRIO ATIVIDADE 2023

O conselho cinegético e da conservação da fauna municipal (CCM) é um órgão consultivo que foi constituído ao nível municipal, regulado pelo Decreto-Lei 202/2004, de 18 de agosto.

A sua função passa pela discussão e elaboração de propostas e medidas que se considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos, que resultem no fomento cinegético e do exercício da caça, bem como da conservação da fauna, e contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Também deve realizar os seguintes procedimentos quando necessário:

- Apoiar a Administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura;
- Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de zonas de caça associativa (ZCA) e zonas de caça turística (ZCT), a criação e transferência de zonas de caça nacionais (ZCN) e zonas de caça municipais (ZCM), bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer;
- Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça;
- Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos.

No ano de 2023 o CCM reuniu 2 vezes, em junho e em outubro.

Reunião 1 (21/06/2023)

A primeira reunião de 2023 decorreu no dia 21 de junho, no começo do ano cinegético de 2023/2024. Nessa reunião, foi realizado um balanço da época venatória anterior (2022/2023), tendo sido reconhecido pelos presentes o decréscimo de algumas espécies cinegéticas de caça menor, como a perdiz vermelha e o coelho, e o aumento da presença de javali no território, e de outras espécies predadoras, como a raposa e o sacarrabos. Foi também unanime que o reforço cinegético, através da colocação de perdizes, e por vezes faisões, no campo, tem sido a solução mais prática para manter o interesse dos caçadores na atividade, e já representa a maior despesa das associações e clubes que gerem as zonas de caça existentes no concelho de Torres Vedras. Destacaram-se duas maiores preocupações: em primeiro lugar pelo elevado aumento dos preços das peças de caça e dos cereais utilizados no abastecimento dos comedouros, e a pressão urbanística e industrial em alguns locais, que impossibilita a

prática cinegética. Foi também abordado o calendário venatório para a época venatória de 2023/2024, sendo se chegou a consenso nos dias de caça e horários, na generalidade das entidades. Realizou-se um esclarecimento sobre a proibição de utilização de cartuchos de chumbo em zonas húmidas.

Reunião 2 (16/10/2023)

A segunda reunião decorreu em 16 de outubro. Foi realizada uma apresentação a pedido da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), sobre o Projeto LIFE Lx Aquila, sensibilizando para a proteção da água de bonelli, presente no território torriense. Também foi dinamizada uma ação de esclarecimento sobre a vespa asiática, alertando para os procedimentos a ter após o avistamento de ninhos. Foram ainda debatidas ideias sobre a dinamização de eventos associados ao setor.

Principais eventos e ações realizadas:

Em 2023, com o apoio do Gabinete Técnico Florestal e dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, foram realizadas várias ações de fogo controlado em articulação com as entidades gestoras de zonas de caça, por forma se atingir objetivos de melhoria de habitat para as espécies cinegéticas e redução da perigosidade de incendio rural. Foram executadas 16 parcelas em 9 dias, resultando no total de 46 hectares tratados.

Foi proposto pelo CCM a realização de um evento de pesca desportiva apeada na costa torriense, com o objetivo de valorizar a modalidade e evidenciar as condições ideais para a sua prática, características da região, promovendo e divulgando a riqueza turística do litoral torriense e sensibilizando para o cumprimento da legislação que regula esta modalidade. O evento foi realizado em 14 de maio, e dinamizado pela Associação Desportiva, Recreativa e Cultural da Bordinheira, com o apoio do Município de Torres Vedras, e apresentou uma elevada adesão de participantes e foi considerado um enorme sucesso.

No dia 3 de junho, em resposta ao desafio do CCM, foi realizada uma Prova de Santo Huberto (prova de caça com cães de parar), em Torres Vedras, dinamizada pela Associação de Caçadores de Torres Vedras, com o apoio do Município de Torres Vedras. A prova foi um sucesso e pretende-se repetir o evento anualmente.

Torres Vedras, 15 de abril de 2024

Pedro Bernardes,

Presidente da Junta de Freiria

Ponto 8

Conselho Municipal de Juventude

Representantes:

Tomás Lourenço;

Marta Geraldes;

Andreia Caldas;

Francisco Corvelo e

Carlos Filipe

O Conselho Municipal de Juventude de Torres Vedras (CMJTV), instalado em dezembro de 2015 e regulamentado pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, apresenta-se como o órgão consultivo do Município em matérias de juventude, pretendendo-se que represente os jovens de Torres Vedras, constituindo-se como palco de partilha de informação, conhecimentos e anseios, possibilitando a rentabilização de recursos e capacidade criativa dos jovens e, desta forma, estimular o seu contributo no desenvolvimento do Concelho.

Sessão Ordinária de 28 de janeiro de 2023

Sediado no auditório do Espaço Primavera, o Conselho Municipal da Juventude (CMJ), presidido pela Vereadora Ana Umbelino, reuniu naquelas instalações após uma visita guiada às instalações da AESDA – Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente; da CPCJ TV – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras; e, por fim, da Real Confraria do Carnaval de Torres Vedras.

Aprovada a ata da reunião ordinária anterior, iniciaram-se os trabalhos com o **Ponto 2 – Ponto de situação da atividade dos grupos de trabalhos - Plano de Ação 2022/23 e apresentação do Plano de Ação 2023**, com vista ao Balanço da atividade dos grupos de trabalho responsáveis pela execução do Plano de Ação para 2023, e respetiva estratégia de divulgação ao público-alvo. Bruno Máximo, representante da Juventude Socialista (JS) abordou a proposta «Ver Torres Vedras Invisível», assente na visita guiada a imóveis devolutos do concelho que sejam propriedade da Câmara Municipal, em coordenação com o arquiteto André Baptista e que será o responsável pelas visitas. Outra atividade também proposta pela JS, a «Onda Jovem», assente numa proposta de caminhada colorida, pode ser igualmente exposta pelo representante daquela entidade, com vista a ser executada no verão. João Canário, representante jovem do Unidos por Torres Vedras – Movimento Cívico, teve oportunidade de abordar o adiamento da execução da proposta «Encontros da Juventude», apresentando, em alternativa, uma recomendação ao grupo de comunicação da Câmara Municipal relativamente à divulgação do Plano de Ação deste Conselho. José Maria Martins, representante da Juventude Social Democrata (JSD), pronunciou-se sobre a questão da sala de estudo bem como à questão do novo edifício da biblioteca municipal. Neste ponto houve uma breve discussão sobre a necessidade de construção deste novo equipamento, as dificuldades na obtenção de financiamento, e a necessária gestão dos recursos públicos. Beatriz Silva Pereira, a nova representante da

Associação Cultural ESTUFA, abordou o estado de execução da proposta «Há Arte em encontrar», uma proposta onde se prevê uma parceria com a Associação Recreativa e Dramática das Carreiras. Foi feito o ponto de situação em relação às duas atividades propostas pela AESDA – visita às grutas da Maceira e técnicas de progressão vertical/rapel. Filipe Sérgio, representante do ATV – Académico Torres Vedras, abordou o estado de execução da sua proposta conjunta com a JS, consistindo numa ação de limpeza ambiental na Praia Azul.

Seguindo para o **Ponto 3 – Apresentação da Proposta de Cronograma de Atividades do CMJ, ano 2023**. A Vereadora e Presidente do CMJ, Ana Umbelino, relevou a necessidade de serem integradas novas associações neste Conselho com vista a aumentar a sua representatividade, dando exemplos de associações que poderiam ali ingressar na qualidade de observadores permanentes. Houve uma breve exposição da calendarização das próximas reuniões do CMJ, bem como perspetivas de descentralização e alargamento destas sessões para além de espaços exclusivos da Câmara Municipal e/ou concelhos.

No **Ponto 4 - Votação do/a representante do CMJTV a integrar o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do OESTE**, foi eleito Bruno Máximo, representante da JS, por maioria absoluta.

Sessão Ordinária de 22 de abril de 2023

Sediado no auditório da Cooperativa de Comunicação e Cultura (CCC), o CMJ, presidido pela Vereadora Ana Umbelino, reuniu naquelas instalações. Após uma breve apresentação sobre o trabalho levado a cabo pela Cooperativa, iniciaram-se os trabalhos com a aprovação da ata da reunião ordinária de janeiro.

No **Ponto 2 – Ponto de situação das atividades do Plano de Ação 2023 realizadas até à data e atividades a concretizar**, Bruno Máximo abriu com um balanço da atividade «Ver Torres Vedras Invisível» realizada em 25 de maio, tendo sido os edifícios visitado o antigo Bingo, a Casa Grazina e o IVV – Instituto do Vinho e da Vinha. Estas visitas foram guiadas pelo arquiteto André Baptista e contaram com a presença da Presidente de Câmara Laura Rodrigues e da Vice-presidente Ana Umbelino. Sobre a proposta de limpeza de praia, foi recomendada que esta deveria ser executada para um período pós-praia, no outono. Seguindo, André Santos, representante da AESDA, deu conta da visita

às grutas da Maceira, realizada em 1 de abril, e abordando ainda a atividade de «Técnicas de progressão vertical», o Conselho concluiu que o local mais apropriado para a execução seria o Mercado Municipal. O representante da JS teve ainda a oportunidade de fazer um balanço da execução da proposta «Onda Jovem», em parceria com uma associação do concelho, com data 12 de agosto.

Seguindo para o **Ponto 3 – Apresentação da tipologia Ideia Jovem – Orçamento Participativo de Torres Vedras**, a técnica da área da Juventude, Joana Agostinho passou a explicar a nova tipologia do Orçamento Participativo, Ideia Jovem, ao nível dos seus destinatários e respetivo procedimento processual.

No **Ponto 4 - Apresentação do evento Spring Fest promovido pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões**, Emília Lourenço, membro do executivo da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, procedeu a uma explicação sobre a «Festa da Juventude» a realizar naquela região do concelho, ao nível dos seus destinatários, atividades, programação, entre outros.

No que respeita ao **Ponto 5 - Reporte da reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal**, de 30 de março, Bruno Máximo, representante deste Conselho da CIM OESTE, fez uma exposição sobre a reunião decorrida a 30 de março onde foram debatidos temas como o futuro da região oeste, a importância dos municípios na descentralização e melhoria das tomadas de decisão.

Sessão Ordinária de 4 de novembro de 2023

Sediado no Labcenter, o CMJ, presidido pela Vereadora Ana Umbelino, reuniu naquelas instalações. Após uma breve exposição sobre a importância da descentralização das reuniões do CMJ dando a conhecer espaços e associações com interesse para os jovens, sublinhando o relevo da atividade quem tem vindo a ser desenvolvida pelo Labcenter na promoção da ciência, da arte e da tecnologia, iniciaram-se os trabalhos com a aprovação da ata da reunião de abril.

No **Ponto 2 - Eleição do representante para o Conselho Municipal para a Ação Climática (CMAC)**, procedeu-se à eleição de Bruno Máximo como representante do CMJ naquele órgão, e Martim Viola como substituto.

No **Ponto 3 - Reporte da atividade “Nova Onda – Caminhada Colorida”**, o representante da JS teve a oportunidade de fazer uma apreciação à execução da atividade

supramencionada, tendo frisado a grande adesão do público num evento que contou com 300 inscrições.

No Ponto 4 - Reporte da reunião do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI Oeste), de 27 de junho, Bruno Máximo fez o reporte das reuniões ocorridas a 27 de junho e 25 de outubro, frisando o facto deste ser um órgão promotor da convergência entre representantes nacionais e regionais com o objetivo de apoiar o processo de decisão aos restantes órgãos da Oeste CIM.

Seguindo-se o **Ponto 5 - Apresentação de proposta remetida pela Juventude Social Democrata**, e após uma exposição da proposta da JSD, consistindo num evento para dar a conhecer as ofertas ao nível do ensino superior, houve espaço para a discussão da pertinência da medida tendo em vista o facto de já se realizar algo similar anualmente, nestes moldes, a Futurália, em Lisboa, não sendo clara a necessidade da sua transposição para o contexto municipal. Ana Umbelino recomendou que a proposta fosse apresentada na próxima reunião do Conselho Municipal da Educação, no qual o CMJ está representado pela JSD.

No que respeita ao **Ponto 6 - Apresentação da proposta para elaboração do Plano Municipal para a Juventude de Torres Vedras (PMJTV)**, Ana Umbelino apresentou a intenção do município elaborar um Plano Municipal para a Juventude, salientando a importância da construção de políticas públicas com base em diagnósticos robustos evitando o desenho de projetos e ações com base apenas em perceções. Catarina Franco passou à apresentação da proposta e do plano de atividades, procedimentos, metodologias, lançando o repto ao CMJ para a apresentação de sugestões e questões.

Finalmente, no **Ponto 7 - Outros assuntos**, a Presidente do CMJ anunciou a saída de João Pedro Canário, representante jovem do Unidos por Torres – Movimento Cívico, e questionou sobre a intenção de se avançar ou não com a formação proposta nas reuniões anteriores, levada a cabo pelo CNJ. Concordou-se que a informação seria enviada por email e que os representantes se pronunciariam sobre o seu interesse. Concordou-se em pré-agendar a próxima reunião para dia 16 de dezembro, com vista à definição do Plano de Ação para 2024.

Torres Vedras, 28 de março de 2024

Tomás Lourenço

Ponto 9

Conselho Municipal da Saúde

Representante:
Damas Antunes

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
Dr. José Manuel Correia

Assunto: Informação sobre a atividade do Conselho Municipal de Saúde no ano de 2023

Data: 31/01/2024

Exmo. Senhor Presidente

A única reunião ocorrida foi a da instalação e aprovação do Regimento do Conselho, no dia 6 de setembro, pelo que não tenho informação a prestar.

Cumprimentos

José Damas

Ponto 10

Conselho Municipal de Ação Climática

Representantes:

José Manuel Correia
Artur Narciso;
Ana Fiéis;
Ana Teresa Santos;
Pedro Castelo;
Francisco Corvelo e
Carlos Filipe

Ana Fiéis
Deputada Municipal

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
Dr José Manuel Correia

Assunto: Informação sobre a atividade do Conselho Municipal de Ação Climática, respeitante ao ano de 2023.

Data: 06.03.2024.

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal

Em resposta à prezada solicitação de informação sucinta respeitante ao ano de 2023 do Conselho Municipal de Ação Climática, sou a informar:

A 1.^a e única Reunião do Conselho Municipal de Ação Climática de Torres Vedras realizou-se no dia 22 de setembro de 2023, no Edifício dos Paços do Concelho, com forte presença.

Nesse mesmo dia, após a abertura, foram apresentados três painéis, tendo os temas debatidos sido de profícuo interesse para avaliação da importância da temática das Alterações Climáticas, do seu impacto e da promoção de uma transição justa para a neutralidade climática, no nosso concelho.

A Avaliação da primeira reunião é positiva, mas é necessária a continuidade dos trabalhos para uma informação mais precisa da atividade do Conselho Municipal de Ação Climática.

Com os meus cumprimentos

Ana Fiéis

Informação respeitante ao ano de 2023 do Conselho Municipal de Ação Climática

No dia 22 de Setembro de 2023, ocorreu no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, situado na Praça do Município, a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Ação Climática de Torres Vedras. A agenda para esta reunião, conforme comunicado aos membros deste Conselho, incluiu os seguintes itens:

- Apresentação do Conselho Municipal de Ação Climática
- Instalação do Conselho Municipal de Ação Climática

No cenário da crescente urgência climática, Torres Vedras tem se destacado como líder na implementação de medidas concretas para combater as Alterações Climáticas. A Presidente de Torres Vedras, Laura Rodrigues, ressaltou os marcos alcançados nessa batalha, como a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE), que têm contribuído significativamente para a redução das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) no concelho. Laura Rodrigues enfatizou o compromisso contínuo de Torres Vedras com a mitigação e adaptação, delineados no Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima de Torres Vedras 2050 (PAESC) e no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC).

Referindo-se ao Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras, expressou o desejo de aumentar a sensibilidade e preparação dos atores locais, regionais e da população em geral para lidar com as implicações das Alterações Climáticas e a urgente necessidade de implementar medidas e ações de descarbonização. Destacou que estamos num momento de urgência climática e defendeu que a responsabilidade deve ser compartilhada, ressaltando a importância de articular a política local com todos os agentes e intervenientes do território para promover a descarbonização.

Na sequência, Marta Rodrigues, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade de Torres Vedras, formalizou a criação do CMAC e destacou os compromissos internacionais assumidos pelo município, ressaltando a importância da participação ativa da comunidade na luta contra as alterações climáticas. Posteriormente, João Dinis, da Cascais Ambiente, apresentou o Modelo de Funcionamento do Conselho Climático de Cascais, evidenciando a necessidade de simplificar os cenários climáticos para a população e promover a transição justa.

Na sua intervenção no Conselho Municipal de Ação Climática de Torres Vedras (CMAC), João Dinis, Diretor da Cascais Ambiente enfatizou a importância crucial da sociedade civil na abordagem das Alterações Climáticas, ressaltando a necessidade de incorporar evidências científicas nos planos de ação para mitigação e adaptação. Destacou o papel essencial das autarquias na prestação de serviços públicos à comunidade, bem como a importância de simplificar e comunicar os cenários climáticos para a população, evidenciando os impactos das intempéries e fenómenos climáticos extremos na competitividade territorial.

Deu-se a tomada de Posse dos membros do CMAC, as comunicações prosseguiram no segundo painel com a especificação do Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras por André Alves e Raquel Lopes, enfatizou o compromisso municipal com a mitigação e adaptação, e destacou o papel-chave do plano de mitigação na redução das emissões de GEE e na promoção da sustentabilidade energética.

Carla Ribeiro por sua vez apresentou o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Torres Vedras, resultante do Projeto Oeste Adapta, destacando os esforços do município para identificar e abordar os riscos climáticos, como inundações e ondas de calor, e integrar a adaptação nos instrumentos de gestão territorial.

Em seguida, ocorreu uma votação online dos Temas Prioritários, onde a água foi considerada o tema mais importante, seguido pela mobilidade e conservação da natureza.

O 3º painel, uma mesa redonda com Joana Rodrigues, Câmara Municipal de Torres a moderar, Gonçalo Alves | Areias do Seixo, Gustavo Paulo Duarte | Transportes Paulo Duarte, Cristóvão Alves | Eugster Frismag, Cátia Pinto | SmartFarm CoLAB e José Apolinário | Grupo Valouro, onde destacou projetos em curso no âmbito da ação climática, evidenciando ações de sustentabilidade e redução de emissões.

No 4º painel, Paulo Simões, da OesteCIM, abordou os Mecanismos de Ação Climática, enfatizando a importância da transição verde e do uso de dados concretos para embasar políticas públicas. Destacou programas de financiamento, como o Portugal 2030 e o Programa LIFE, e concluiu ressaltando a necessidade de desenvolvimento conjunto entre os atores locais para alcançar os objetivos climáticos.

Na conclusão desta primeira reunião do Conselho Municipal de Ação Climática de Torres Vedras, a Vereadora Dulcineia Ramos elogiou o compromisso construtivo e pró-ativo da cidade na constituição deste importante órgão consultivo. Destacou-se a intenção de integrar todos os intervenientes de forma aberta e transversal, articulando a política climática local com diversas entidades e dando voz a todas as partes interessadas para proporem ações de adaptação e descarbonização do território. A Vereadora enfatizou a necessidade de um processo transparente de governança participativa para liderar a política de Ação Climática Local, apelando ao compromisso e responsabilidade dos presentes.

Artur Narciso

Resp. pela Bancada do Partido Socialista no Conselho Municipal de Ação Climática

Ponto 11

Comissão Municipal de Proteção Civil

Representante:
Luis Pedro Silva

Ex.mo, Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Dr. José Correia

Em resposta ao solicitado por V.Exa , envio resumo da intervenção/ informação durante o Ano de 2023 na Comissão Municipal de Protecção Civil de Torres Vedras.

No dia 20/01/2023 foi enviado à Comissão o relatório de ocorrências no dia 13/12/2022 devido às condições meteorológicas adversas registadas.

No mês de Fevereiro no dia 15, foi feita a divulgação do **PLANO DE COORDENAÇÃO / INTERVENÇÃO PARA O CARNAVAL DE TORRES VEDRAS.**

No dia 07/03/2023 foi enviado à Comissão o Relatório PLANO de GESTÃO ESTRATÉGICO para a PREVENÇÃO, CONTROLO e ERRADICAÇÃO da VESPA VELUTINA no CONCELHO, referente a 2022.

Foi a Comissão convocada para uma reunião Extraordinária no dia 12/04/2023 pela 16h para Emissão de parecer ao PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL de Torres Vedras.

Foi comunicado à Comissão o **PLANO DE COORDENAÇÃO/INTERVENÇÃO PARA O CARNAVAL DE VERÃO (PCICV) VERSÃO 8, DE JUNHO 2023**

Foi também dado a conhecer o **PLANO DE COORDENAÇÃO/INTERVENÇÃO PARA A FEIRA DE S. PEDRO** que se realizou de 29/06 a 09/07 de 2023.

No dia 11/07 foi remetido à Comissão o relatório de ocorrências na referida Feira S. Pedro.

A 20/07 foi recebido na Comissão o Plano de Coordenação para o SANTA CRUZ OCEAN SPIRIT. Versão 11.

A 28/07 foi enviado à Comissão o PLANO de CONTINGÊNCIA para a JORNADA MUNDIAL da JUVENTUDE 2023.

Em outubro foram divulgadas as Recomendações para o Novo Ano Hidrológico.

No dia 10/11 foi a Comissão convidada a participar e divulgar o exercício público: A TERRA TREME que teve lugar no dia 14/11.

A Comissão foi também informada do relatório de ocorrências elaborado pela Protecção Civil sobre o mau tempo do dia 19/11.

O PLANO MUNICIPAL de COMUNICAÇÕES de Protecção Civil de Torres Vedras, foi dado a conhecer a esta Comissão no dia 14/12/2023.

De salientar toda a disponibilidade e empenho dos técnicos da Protecção Civil/ Câmara Municipal, para fornecer informações/alertas sempre que solicitadas. Com os melhores cumprimentos.

Silveira 15/02/2024

(Luis Pedro Silva)

Ponto 12

Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Representantes:

António Espírito Santo

Nuno Pinto

COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

RELATÓRIO ATIVIDADE 2023

As Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais são órgãos de coordenação, cuja missão passa pela execução da estratégia de gestão integrada de fogos rurais, a articulação dos programas de gestão e de proteção das comunidades contra incêndios rurais, bem como programas conexos de entidades públicas, privadas, e o respetivo planeamento à sua escala.

Os representantes da Assembleia Municipal de Torres Vedras (dois Presidentes de Junta), para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), foram eleitos em sessão desta Assembleia, ocorrida em 09/11/2021, a saber:

Nuno Carlos Lopes Pinto e António Joaquim do Espírito Santo, efetivos e João Francisco Mota Tomás como suplente.

A Comissão tem como principais competências participar na articulação dos organismos e entidades com âmbito de intervenção no município, assim como em matérias de gestão integrada de fogos rurais; aprovação, promoção e monitorização do programa municipal de execução (PME) e Plano Sub-Regional do Oeste (PSA Oeste); e a emissão de pareceres relativamente a obras de construção e ampliação, nos casos previstos no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual.

A sua composição totaliza 21 representantes de diversas entidades, públicas e privadas, que apresentam atuação no município nas áreas da agricultura, florestas, caça, ambiente, energia, serviços públicos ou infraestruturas.

No ano de 2023 a CMGIFR reuniu 2 vezes, em abril e em outubro.

Reunião 1 (04/04/2023)

Na primeira reunião, ocorrida a 4 de abril, foram emitidos pareceres a três processos urbanísticos, todos favoráveis e por unanimidade, no âmbito do Capítulo V, Secção I, do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação.

Também foi apresentado e aprovado o Plano Operacional Municipal 2023(POM), e ainda um balanço das atividades alusivas ao Dia da Árvore. Entre outros temas abordados, destaca-se a manutenção de caminhos florestais e as respetivas alterações na rede secundária de faixas de gestão de combustíveis decorrentes da elaboração do PSA Oeste.

Reunião 2 (20/10/2023)

Na segunda reunião, ocorrida a 20 de outubro, foram emitidos pareceres a seis processos urbanísticos, 4 favoráveis por unanimidade, 1 favorável por maioria, e 1 desfavorável por unanimidade, no âmbito do capítulo V, Secção I, do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação.

Na análise ao balanço dos incêndios rurais, registados em 2023, concluiu-se com satisfação, que foi o ano com menos área ardida da última década e menos ocorrências do que no ano anterior.

Também foi presente o relatório do 3.º trimestre das equipas de sapadores florestais, assim como um balanço da atuação dos técnicos do município no controlo da vespa asiática, que atualmente já está dispersa por todo o concelho.

Por tudo o que foi feito, destaca-se o excelente trabalho dos técnicos do Município, Sapadores Florestais e restantes intervenientes no processo.

Contudo, os resultados positivos, que emergem desta vasta atuação conjunta, devem servir para incentivar a fazer mais e melhor, porque nestas matérias não podemos nem devemos descansar.

Torres Vedras, 27 de março de 2024

O Presidente da U. Freguesias Carvoeira e Carmões



(Nuno Pinto)

O Presidente da J. Freguesia do Ramalhal



(António Espírito Santo)

Ponto 13

Comissão Alargada da CPCJ

Representantes:

Sónia Patrício e
Andreia Caldas

Andreia Caldas

Sónia Patrício

Deputadas Municipais

Cidadãs eleitoras designadas pela Assembleia Municipal

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Dr. José Manuel Correia

Assunto: Informação sobre a atividade da Comissão Alargada da CPCJ de Torres Vedras, respeitante ao ano de 2023.

Data: 8 de abril de 2024

Em resposta à solicitação de informação sucinta respeitante ao ano de 2023 da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, somos a informar:

Durante o ano de 2023 foram realizadas sete reuniões alargadas.

No âmbito do Plano de Ação de 2023 foram delineadas diversas ações a serem desenvolvidas pelos elementos da Comissão Alargada, visto ser necessária a sensibilização da nossa comunidade para a necessidade de sinalizar as situações de perigo com que se deparam e a sua mobilização para a criação de novas respostas que visem a proteção das nossas crianças e jovens.

Atividades desenvolvidas:

- ação de esclarecimento intitulada “Conhecer para prevenir melhor: Crimes Sexuais”;
- comemorações no âmbito do mês da Prevenção dos Maus Tratos – Laço Azul: ação de rua e construção do laço azul humano;
- dois encontros com pais em escolas identificadas com maior número de situações problemáticas no âmbito da ação sobre Parentalidade Positiva, intitulados “Ser pais, que desafios?”;
- ação de sensibilização intitulada “CPCJ – Cuidar e Proteger: sinais de alarme”;
- Marcha pelos Direitos das Crianças.

No que se refere ao Relatório Anual de Atividades de 2023, observa-se o aumento do número de sinalizações efetuadas, fazendo com que no volume processual trabalhado na CPCJ de Torres Vedras, no ano 2023, seja o mais elevado de sempre.

É imprescindível o reforço da comissão restrita com técnicos capacitados para trabalhar e acompanhar processos de promoção e proteção, assim como garantir o cumprimento dos tempos de afetação de cada uma das entidades com representação na CPCJ.

Por fim dizer que, por se considerar de extrema importância a sensibilização e esclarecimento da comunidade em geral, bem como dos agentes de primeira linha com ação direta com crianças e jovens, com vista à deteção e intervenção precoce de situações de risco, o Plano de Ação 2024 integra a continuidade da dinamização de ações de sensibilização.

Com os melhores cumprimentos,

Andreia Caldas e Sónia Patrício